



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 168ª reunião, realizada em 30 de março de 2016

1 Em 30 de março de 2016, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Luiz
5 Sávio de Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
6 Sustentável; e o secretário adjunto Nalton Sebastião Moreira da Cruz.
7 Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de
8 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Evandro Xavier Gomes,
9 da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Inês Tourino Teixeira, da Secretaria de
10 Estado de Educação (SEE); Mila Magalhães Ribeiro, da Secretaria de Estado de
11 Planejamento e Gestão (Seplag); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da
12 Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria
13 de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Wesley Antônio Tadeu
14 Monteiro Cantelmo, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional,
15 Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Ronaldo Pena Costa Júnior, da
16 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes); José
17 Guilherme Ramos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
18 (Sede); Danielle Braga Valaci Pontes Ferrari, da Secretaria de Estado de Fazenda
19 (SEF); Carlos Henrique Souza da Silva, da Polícia Militar de Minas Gerais
20 (PMMG); Francisco Chaves Generoso, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ);
21 Marcelo Belisário Campos, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
22 Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Cássio Antônio Ferreira Soares e Sarah
23 Aurichio Lopes Cordeiro Ribeiro, da Comissão de Meio Ambiente e
24 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).
25 Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação
26 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Adair Evangelista
27 Marques, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Paula
28 Meireles Aguiar, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Eduardo
29 Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura
30 do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Rinaldo César Mancin e João Carlos de
31 Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta,
32 da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Maria Dalce Ricas, da
33 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Maria Teresa Viana de
34 Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias
35 Hidrográficas (Fonasc); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto
36 Terra; Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica
37 de Minas Gerais (Cefet); Fernando Verassani Laureano, da Pontifícia

38 Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Luiza Maria de Carvalho, do
39 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG);
40 Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Walter
41 Gervásio Ladeira, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas
42 Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.**
43 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Luiz Sávio de
44 Souza Cruz declarou aberta a 168ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de
45 Política Ambiental. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
46 **GERAIS. Anglo American.** A conselheira Inês Tourino Teixeira solicitou
47 informações sobre a situação de regularização ambiental da Anglo American,
48 considerando a efetivação de parceria da empresa com a Secretaria de Estado de
49 Educação para capacitação direcionada a escolas nos municípios de Alvorada de
50 Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim. Presidente Luiz Sávio de
51 Souza Cruz: “Eles fizeram licenciamento prévio global e fracionaram as licenças
52 posteriores. Eu solicito a Subsecretaria de Regularização para dar um retrato atual
53 da situação.” **Representação do Ibama.** O conselheiro Marcelo Belisário Campos
54 se apresentou ao Plenário, assumindo a condição de titular representante do
55 Ibama, se declarou honrado em participar deste Conselho e colocou-se à
56 disposição para contribuir com os trabalhos. **Situação da bacia hidrográfica do**
57 **rio Doce.** Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Considerando que
58 na semana passada se comemorou o Dia Mundial do Meio Ambiente, eu quero
59 trazer uma demanda a este Conselho, que já foi solicitada à diretora do IGAM, de
60 se fazer uma reunião, de preferência conjunta COPAM e Conselho Estadual de
61 Recursos Hídricos, específica para tratar da situação da bacia do rio Doce.
62 Inclusive, com a possibilidade de apresentação dos resultados obtidos até agora
63 pela força-tarefa criada para tratar da questão das barragens. Estou reiterando
64 esse pedido, o que já foi formalizado. Houve uma primeira tentativa, no início
65 deste ano ou no final do ano passado, quando não foi possível acontecer. Nós já
66 estamos em abril, e diversos encaminhamentos estão sendo feitos, inclusive o
67 acordo, que é muito questionado. E nós entendemos que esses dois Conselhos
68 não podem ficar isolados e à parte dessa situação da bacia do rio Doce.”
69 Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Eu acho improvável que o Conselho
70 Estadual de Recurso Hídricos aprove uma reunião conjunta para uma terceira
71 apresentação sobre qualidade da água do rio Doce. Nós já tivemos duas reuniões,
72 que foram quase que monopolizadas com apresentações, e depois foi requerido
73 no Conselho que fossem atualizadas. E na última reunião de novo foi feita essa
74 apresentação. Se o COPAM, de fato, quiser que seja feita essa apresentação, e o
75 Plenário deliberar, nós podemos marcar para uma próxima reunião, mas eu acho
76 que nós poderíamos dispensar que fosse conjunta com o Conselho de Recursos
77 Hídricos, que já ouviu essa apresentação duas vezes. Então eu queria primeiro
78 indagar ao Conselho, através dos seus membros, se deseja que seja feita
79 apresentação sobre o estágio da qualidade das águas do rio Doce.” Conselheira
80 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Não só a questão da qualidade, mas como

81 está a situação da qualidade da água da bacia do rio Doce, quais
82 encaminhamentos foram tomados após o acidente com a barragem da Samarco,
83 em Mariana, quais são as perspectivas de recuperação, como serão conseguidos
84 recursos para essa recuperação. Trazer o assunto envolvendo a gestão hídrica da
85 bacia, envolvendo todas as ações em andamento, inclusive a situação das
86 barragens de rejeitos, as perspectivas em relação a outros licenciamentos na
87 bacia do rio Doce que irão colocar em risco as águas que chegarão ao rio. Uma
88 apresentação mais ampla do que qualidade de água, em uma reunião específica.
89 Que o governo do Estado, que é o ente responsável por fazer a governança
90 dentro das suas atribuições, do IGAM, de licenciamento e tudo que envolve isso,
91 traga ao Conselho de Política Ambiental a questão da situação da bacia do rio
92 Doce.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Convidar a AGE para fazer apresentação
93 sobre o acordo assinado pela Advocacia Geral do Estado, a Procuradoria-Geral
94 de Justiça do Estado do Espírito Santo e a Advocacia Geral da União, em Brasília,
95 e o plano de recuperação da bacia do rio Doce apresentado pela Samarco.”
96 Deliberação do Plenário. O Plenário do COPAM deliberou por unanimidade
97 solicitar ao IGAM uma apresentação sobre a qualidade das águas na bacia do rio
98 Doce e convidar a Advocacia Geral do Estado para apresentar o acordo celebrado
99 entre os entes federados. Informes da Organização Ponto Terra. Conselheiro
100 Ronaldo Vasconcellos Novais: “Nós conseguimos adiar por mais uma vez a
101 Licença Prévia que o Comam e a prefeitura querem dar para a construção de 760
102 apartamentos na Mata do Planalto, na região Norte de Belo Horizonte. Nós
103 estamos conseguindo ganhar pelo menos tempo, então eu acho que foi uma
104 vitória que é importante para a cidade de Belo Horizonte.” O conselheiro
105 comunicou ainda que estão abertas as inscrições para o curso que irá tratar sobre
106 áreas de preservação permanente em área urbana, a ser promovido pela
107 Organização Ponto Terra, no dia 9 de abril. Inventário de resíduos sólidos
108 industriais. Conselheira Paula Meireles Aguiar: “No dia 31 de março de 2016
109 vencem, dentre outras obrigações, a obrigação legal de entregar o inventário de
110 resíduos sólidos industriais, dentro do Banco de Declarações Ambientais da
111 FEAM. É um formato digital online, mas desde fevereiro nós temos tido problemas
112 para acessar. Encaminhamos ofício explicando, há mais ou menos uma semana,
113 e continuamos reiterando o pedido de prorrogação. Na última semana, recebemos
114 um e-mail da FEAM sugerindo o envio para determinado e-mail. No final da
115 semana, houve mudança no sistema, e o Sisema não estava recebendo nem por
116 e-mail. Como a obrigação vence amanhã, e não há nenhuma irregularidade com
117 relação a essa questão, eu queria reiterar o nosso pedido de prorrogação, mesmo
118 que seja para envio por e-mail, se for o caso. Nós queremos cumprir e sempre
119 estamos reiterando a importância de se cumprir o prazo. Se tiver disponibilidade,
120 inclusive, pedimos que seja informado no site, porque o próprio suporte não sabe
121 que é para ser enviado por e-mail.” O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz
122 comunicou que recebeu a informação de que o prazo para entrega do inventário
123 deverá ser prorrogado por 30 dias.” Parque Estadual do Rio Preto. A conselheira

124 Maria Dalce Ricas apresentou informações e um histórico sobre a proposta de
125 ampliação do Parque Estadual do Rio Preto e solicitou apoio do Plenário do
126 COPAM para que seja feita “a ampliação da área do parque por meio de
127 incorporação institucional, considerando que isso já está sendo garantido, na
128 prática, pelo IEF”. “A proposta abrange uma área muito maior e diversas outras
129 propriedades que têm proprietário, mas uma fazenda está abandonada e, se não
130 fosse o IEF, através do parque, já teria sido toda invadida, queimada, e a sede
131 teria caído, uma sede que tem mais de 200 anos. Nós entendemos que seria
132 institucionalizar uma ocupação, no bom sentido, já que o IEF já fez isso. Então
133 queremos pedir o apoio do Plenário.” **Taxa de reposição florestal.** Conselheira
134 Maria Dalce Ricas: “A Lei Florestal aprovada no Estado prevê que os recursos
135 oriundos da reposição florestal sejam aplicados, prioritariamente, na criação de
136 corredores ecológicos e na recuperação de áreas, com plantio de florestas
137 nativas, e dada ciência ao COPAM. Eu quero solicitar aqui, formalmente, que seja
138 apresentado, na próxima reunião do COPAM, quanto foi recolhido e como está
139 sendo feita a aplicação desses recursos. Os recursos teriam sido aplicados em
140 áreas de recuperação ambiental com espécies nativas. Nós solicitamos que sejam
141 trazidos detalhes de onde foram feitos esses plantios e qual a situação de
142 recuperação da área.” **Operação de busca e apreensão.** Conselheira Maria
143 Dalce Ricas: “Eu gostaria de receber informações sobre uma operação da Polícia
144 Federal em relação à superintendente da Supram Leste, Maria Helena Murta, que
145 teve a sua casa revistada com mandado de busca, em função de investigação que
146 já tinha sido feita em termos de autorização para supressão de vegetação. Nessa
147 busca, a polícia teria encontrado drogas, armas e espécies nativas aprisionadas.
148 Segundo informações, o caso foi abafado no sentido de não ser divulgado.”
149 **Revisão da DN 74.** Conselheira Maria Dalce Ricas: “Na ata, consta a discussão
150 que nós tivemos sobre a aprovação da lei, e uma das alegações de que a lei não
151 seria de todo ruim é que nós podemos mudar a DN 74. A DN 74 traz uma
152 classificação de empreendimentos de alto potencial de impactos como
153 empreendimentos de classes 3 e 4, e, como os senhores sabem, a lei tirou do
154 COPAM a prerrogativa de conceder licenças para empreendimentos enquadrados
155 nesses portes. E a principal alegação é que seriam empreendimentos de mais
156 baixo impacto ambiental. Só que, por exemplo, grandes empreendimentos
157 agropecuários que suprimem vegetação em grandes áreas estariam classificados
158 nessas duas classes. Então, coerentemente com o que foi colocado na última
159 reunião e que está na ata que vai ser aprovada hoje, eu proponho aqui a criação
160 de um GT para que seja examinada a revisão da DN 74, inclusive de modificações
161 que foram feitas pelo governo anterior.” **Convênio com o município de Ibitité.**
162 Conselheira Maria Dalce Ricas: “Na gestão anterior, o secretário Adriano
163 Magalhães, na nossa leitura, para facilitar as atuações da família Diniz no
164 município de Ibitité, fez um convênio passando o licenciamento para o município,
165 e uma das primeiras coisas que o município fez foi o loteamento chamado Novo
166 Barreirinho, dentro da zona de amortecimento do Parque do Rola Moça. E nem

167 sequer o Conselho do Parque foi ouvido, porque entenderam que na medida em
168 que forem licenciar perdem a autonomia. É um absurdo, mas ficou por isso
169 mesmo, e o governo anterior não fez nada. Esse assunto foi objeto de discussão,
170 a prefeitura foi ao Conselho do parque tentar legalizar o loteamento, o IEF fez um
171 parecer contundente, através da Diretoria de Áreas Protegidas, mostrando a
172 impossibilidade e os riscos que se apresentaram para o parque. Isso acabou
173 resultando em uma ação do Ministério Público, e foi celebrado um acordo, mas
174 estão sendo construídas casas antes que as medidas de prevenção sejam
175 colocadas em prática. É uma denúncia que eu faço, porque é uma demonstração
176 clara de que convênios com os municípios têm que ser muito bem pensados.”

177 **Previncêndio.** **Conselheira Maria Dalce Ricas:** “Hoje nós conversamos com o
178 coordenador do Previncêndio, Rodrigo Belo, que confirmou que os brigadistas
179 serão contratados para as unidades de conservação. Isso é uma boa notícia,
180 realmente, mas eu queria propor que o Conselho pensasse na criação de um
181 Grupo de Trabalho para que formule um plano de combate a incêndio no Estado.
182 Existe um equipamento chamado soprador, que veio quase que revolucionar o
183 combate a incêndios. Um soprador bem manipulado vale por três brigadistas. Nem
184 toda unidade de conservação possui soprador, um equipamento que custa menos
185 de R\$ 2.000. Cada unidade de conservação tem que ter, no mínimo, dois
186 sopradores. Aumentou o número de sopradores, mas ainda é insuficiente. A
187 minha proposta é que sejam adquiridos sopradores para todas as unidades de
188 conservação que ainda não têm esse equipamento.” **Corpo de Bombeiros.**
189 **Conselheira Maria Dalce Ricas:** “Quando o governo Anastasia criou o Batalhão de
190 Emergências Ambientais do Corpo de Bombeiros, a ação foi colocada como se
191 fosse a salvação da pátria. Realmente, foi uma boa iniciativa. Só que a ideia era
192 que o Corpo de Bombeiros, em todo o Estado, se envolvesse mais com a questão
193 de incêndios florestais. E uma das coisas que foram feitas foi a colocação de uma
194 unidade dentro do Parque do Rola Moça. Desde o ano passado, eles têm um
195 caminhão chamado autobomba, que é um equipamento fundamental. Esse
196 caminhão está estragado desde o ano passado, e não é consertado. E o Corpo de
197 Bombeiros só atua se tiver um termo de cooperação com a SEMAD, ou seja, a
198 SEMAD tem que passar recursos até para equipamento de proteção individual.
199 Por outro lado, a taxa de incêndio efetuada no governo Aécio Neves, pela lei, era
200 destinada, exclusivamente, para equipar o Corpo de Bombeiros. O que foi
201 repassado ao Corpo de Bombeiros foi aplicado para o pagamento de pessoal,
202 contrariando o que determina a lei. Nós estávamos fazendo uma investigação
203 sobre ICMS Ecológico, e a Prefeitura de Guaraciaba informou que aplica recurso
204 para proteger a APA que existe lá e que, quando ocorre incêndio florestal, eles
205 chamam a guarnição do Corpo de Bombeiros de Ponte Nova, que tem 24
206 bombeiros. Nós tentamos contato para saber quais equipamentos eles têm e
207 quantos combates a incêndio já fizeram na APA, e nem fomos atendidos. Isso
208 demonstra como deve estar a situação pelo Estado afora no que se refere aos
209 incêndios florestais. Eu solicito que a SEMAD convoque a Seplag para explicar por

210 que o dinheiro está sendo desviado, lembrando que não é privilégio deste
211 governo. Isso já vinha sendo feito antes, e o governo atual continua mantendo a
212 prática. E que convoque o Corpo de Bombeiros para explicar por que o dinheiro
213 repassado não está sendo destinado a equipar a corporação, que continua
214 dependendo dos recursos da taxa da SEMAD.” **Reestruturação do Sisema.**
215 **Conselheira Maria Dalce Ricas:** “O governo promulgou um decreto
216 regulamentando alguns artigos daquela lei aprovada no ano passado. Um desses
217 artigos diz que projetos em áreas consideradas prioritárias para a proteção da
218 biodiversidade deverão ser levados à apreciação do COPAM. Mas na
219 regulamentação se diz que a aplicação do artigo será regulamentada. Nós
220 gostaríamos de informações sobre o assunto, porque no nosso entendimento o
221 artigo é autoaplicável, e nos preocupa esse encaminhamento para regulamentar.”
222 **Segurança de barragens de rejeitos.** **Conselheiro Francisco Chaves Generoso:**
223 “Eu gostaria de anunciar o lançamento formal amanhã, às 10h, pela Associação
224 Mineira do Ministério Público, de uma campanha para coleta de assinaturas para
225 um projeto de lei de iniciativa popular que tem por objetivo o enrijecimento da
226 normatização relativa a segurança de barragem de rejeitos no Estado de Minas
227 Gerais. Esse projeto de lei tem como alguns de seus vieses a maior participação
228 popular no que tange ao licenciamento ambiental desses empreendimentos,
229 proibição de implantação de barragens de rejeitos onde houver risco para vidas
230 humanas e outras vidas.” **Considerações da SEMAD.** **Presidente Luiz Sávio de**
231 **Souza Cruz:** “Sobre a Maria Helena Murta, até onde eu sei do caso, não foi
232 assunto de corrupção. O que me disseram é que foi dado um prazo para ela, se
233 não me engano, pelo Ministério Público ou pelo Judiciário, para fazer determinada
234 providência, cassar uma licença ou alguma coisa nesse sentido. Ela já tinha feito
235 isso, um mês antes, mas não respondeu. A providência solicitada ou determinada
236 já tinha sido tomada. Em razão disso é que foi feita essa operação, e até onde eu
237 sei também a arma que acharam é do século XIX, de família, daquela que se
238 enche pela boca; e a fauna encontrada lá foi uma maritaca, que está há quase 40
239 anos com a mãe da Maria Helena. A busca foi feita na propriedade da família.
240 Sobre criação de unidade de conservação, nós estamos tentando priorizar e
241 implantar. Nós já temos a demanda do Parque Serra Negra, que seria uma nova
242 criação. A ampliação, em que pese não estar dentro da nossa prioridade, que é
243 tentar implantar e regularizar, fica em discussão. Esse tipo de coisa tem que ser
244 feito por lei, salvo engano, porque alteração da unidade de conservação é
245 específica. A criação é feita pelo Executivo, mas qualquer alteração, seja
246 ampliação, redução, retificação ou extinção, tem que ser feita por lei específica,
247 até onde eu sei. Então nós dependemos de autorização. E é muito bom que o
248 presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia esteja presente porque
249 ele já pode levar isso a discussão dentro da Casa. Sobre o relatório a respeito da
250 reposição florestal, é preciso fazer relato para a próxima reunião do COPAM.
251 Podemos programar uma apresentação. Sobre a regulamentação da lei, o pessoal
252 entende que o texto tinha dispositivos aparentemente contraditórios, e isso

253 precisava ser esclarecido. Por essa razão é que deixaram para regulamentação
254 posterior. Além de aspectos técnicos, tem aspecto jurídicos. Então isso está em
255 discussão.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “Na nossa avaliação, excluindo alguns
256 outros pontos, foi uma das poucas coisas que talvez anulem, no nosso entender, o
257 retrocesso da lei, e justamente uma coisa que protege a gestão de áreas
258 prioritárias é que está sendo adiada. Então nós queríamos realmente que isso
259 fosse considerado urgente para se resolver o que significa. Porque, enquanto isso,
260 o que está sendo aplicado?” Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz: “Nós estamos
261 trabalhando nisso. E eu queria também informar ao doutor Francisco que a força-
262 tarefa que foi criada no governo para discutir a questão das barragens chegou a
263 uma conclusão. Aliás, o COPAM tirou uma representação, o conselheiro Ronaldo
264 foi escolhido, e eles chegaram à proposição de um decreto, que já teria normas
265 mais restritivas para barragens, principalmente aquelas com alteamento a
266 montante, no Estado de Minas Gerais. Então, provavelmente, antes da propositura
267 da lei de iniciativa popular, isso já vai sair na forma de decreto. Quanto à DN 74,
268 sempre temos demandas de aperfeiçoamentos, revisões, e já tem internamente
269 várias sugestões para serem apresentadas em termos de modificação. Eu não sei
270 se seria o caso de se criar um grupo para ter um documento sobre o qual
271 trabalhar. Quem tiver sugestões já pode nos encaminhar.” Marília Carvalho de
272 Melo, subsecretária de Fiscalização Ambiental: “Nós já estamos preocupados há
273 algum tempo com a mobilização do comando dentro do Rola Moça, porque
274 sabemos que é a única área especializada em incêndios florestais do Corpo de
275 Bombeiros do Estado de Minas Gerais. Eles condicionam uma estruturação a um
276 convênio com repasse de recursos. Eu instruí o Rodrigo Belo, e nós estamos
277 preparando um expediente que o secretário vai encaminhar ao Comando Geral,
278 uma nota técnica para o Corpo de Bombeiros explicando quais são suas
279 obrigações constitucionais. Porque nós repassamos recursos para exercerem as
280 ações constitucionais de combate a incêndio florestal. Então a SEMAD já apoia o
281 Corpo de Bombeiros em uma série de ações, como disponibilização de recurso de
282 diárias, que são todas pagas por nós, alimentação e hospedagem, em alguns
283 casos. Nós estamos preparando esse relatório, e assim que encaminharmos nós
284 vamos provocar uma reunião para definir isso com o Comando do Corpo de
285 Bombeiros.” **4) EXAME DA ATA DA 167ª REUNIÃO DO COPAM.** Aprovada por
286 unanimidade a ata da 167ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política
287 Ambiental, realizada em 2 de dezembro de 2015, com abstenção do conselheiro
288 Francisco Chaves Generoso. **5) SISEMA - REALIZAÇÕES 2015 E**
289 **PLANEJAMENTO 2016. APRESENTAÇÕES: INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO**
290 **DAS ÁGUAS; SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E**
291 **SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL.** Maria de Fátima Chagas
292 Dias Coelho, Marília Carvalho de Melo, André Luis Ruas e Heitor Soares Moreira
293 fizeram apresentações das ações realizadas pelo Sisema no exercício de 2015 e
294 o planejamento para 2016, nos âmbitos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas,
295 da Subsecretaria de Fiscalização Ambiental e da Subsecretaria de Regularização

296 Ambiental. Após cada apresentação, os representantes do Sisema prestaram
297 esclarecimentos sobre pontos destacados pelos conselheiros. Após a exposição
298 da Subsecretaria de Regularização Ambiental, as conselheiras Maria Dalce Ricas
299 e Maria Teresa Viana de Freitas Corujo registraram as seguintes manifestações a
300 serem consideradas pelo Sisema. Conselheira Maria Dalce Ricas: “A
301 apresentação foi ótima, benfeita, mas eu queria lembrar uma coisa aqui. Durante o
302 processo de discussão da lei que foi aprovada, o Sávio falou ‘n’ vezes que a
303 SEMAD virou apenas um balcão de licenciamento, sem qualquer conexão com a
304 melhoria da qualidade ambiental do Estado. Eu não sei se foram essas palavras
305 que ele usou, mas foi isso que ele queria dizer. A apresentação que foi feita agora,
306 apesar de mostrar muito trabalho dos técnicos e da equipe da SEMAD, não trouxe
307 um dado sobre a melhoria da qualidade ambiental do Estado. Quanto foi
308 autorizado de desmatamento neste Estado? Por que foi autorizado? Quantas
309 condicionantes foram cumpridas efetivamente, ou seja, o que contribuiu para a
310 melhoria da qualidade ambiental do Estado? Em janeiro, o governo publicou um
311 decreto – e não estava previsto em lei – retirando do COPAM qualquer
312 competência para opinar sobre convênios. Hoje quem determina e faz convênio
313 com os municípios A ou B é o próprio Estado. Nós não temos mais competência
314 para apreciar isso. Aliás, podem notar que a marca do relatório é a exclusão da
315 sociedade civil das ações realizadas. O que nos interessa enquanto
316 ambientalistas? Nós entendemos que o Sistema Estadual de Meio Ambiente tem
317 como obrigação principal compatibilizar as atividades econômicas com o meio
318 ambiente. Os dados trazidos não nos asseguram, de forma alguma, que isso
319 tenha sido feito. Pelas pífias melhoras da qualidade ambiental das águas,
320 considerando que a qualidade das águas retrata o que nós fazemos nas bacias,
321 eu acredito que não tenha sido das melhores. Até há pouco tempo os convênios
322 com os municípios eram aprovados pela Câmara Normativa e Recursal do
323 COPAM, e agora não são mais. Na questão de definição de impacto local,
324 conforme a Lei Complementar 140, tem um GT criado, e agora está sendo
325 proposta a exclusão da sociedade. Estou entendendo que irão desativar o GT. A
326 apresentação é impecável, mas eu questiono exatamente isso: o que nós
327 ganhamos com todas essas ações na área ambiental? Se concedemos uma
328 licença com condicionante, tem que ter o controle, e o Estado é que é responsável
329 por isso. Apesar das inúmeras manifestações, na última reunião deste Plenário,
330 que expressaram a importância da presença do Ministério Público nas Câmaras
331 Técnicas, o Ministério Público foi retirado das Câmaras Técnicas. Eu não aceito o
332 sofisma falado pelo secretário de que antes o Ministério Público não fazia parte.
333 Fazia, sim, e agora não faz mais. E as licenças para empreendimentos de classes
334 5 e 6 serão concedidas sem participação do Ministério Público, e de classes 3 e 4,
335 sem a participação da sociedade.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas
336 Corujo: “Eu quero endossar o que a Maria Dalce colocou, porque o que foi
337 apresentado é muito importante, é muita informação e foi um trabalho muito bem
338 feito. Só que a angústia é que nós não vemos, no âmbito do que deveria ser

339 tratado para se ter sustentabilidade ambiental, as coisas serem tratadas nos
340 conselhos. O Plenário é o maior colegiado do Conselho de Política Ambiental do
341 Estado, e nós estamos numa situação ambiental aceleradamente entrando em
342 colapso. A Mata Atlântica, ano após ano de degradação, a bacia do rio São
343 Francisco, que já esteve à beira do colapso, o rio Doce, que está morto. E nós
344 estamos aqui numa câmara, com todo o povo mineiro, tendo que trabalhar a
345 política ambiental para além de apresentação de estruturas. Isso é importante
346 para funcionar, mas eu não sei quando nós vamos ter conselhos em que
347 trabalhemos tendo como foco a sustentabilidade ambiental, se fazem forças-
348 tarefas, se fazem projetos em regime de urgência, mas não tratam com as devidas
349 celeridade e responsabilidade esses pedidos colocados. Como está Minas Gerais
350 hoje diante da situação grave de escassez hídrica, se nós só dependemos apenas
351 de duas bacias hidrográficas, que são o rio São Francisco e o rio Doce? Como
352 nós estamos nas bacias hidrográficas onde tem territórios que vão garantir a
353 sustentabilidade ambiental? O que tem de haver imediatamente é uma
354 salvaguarda para que não haja licenciamentos a partir dessa lei, que, apesar do
355 que o Sávio traz aqui, é extremamente grave. Então eu quero que fique constando
356 em ata, porque é angustiante para nós, que estamos lá na ponta acompanhando a
357 perda de territórios, ver as pessoas ficando sem água e lidando diariamente com
358 isso. Não adianta ter dados e gráficos, nós temos que ir além disso. Senão nós
359 não vamos sair de a situação em que Minas Gerais está, e nós vamos ser
360 coniventes e estaremos assinando embaixo de cada perda que houver a partir de
361 agora. Lamento, mas isso tem que ser registrado. Vocês são funcionários, e eu
362 estou falando do âmbito da política ambiental. Nós temos que ter coragem e ser
363 inovadores para lidar com isso, porque essa questão de colapso já está na nossa
364 porta e já está nos atingindo violentamente. Então nós temos que ter coragem
365 para dar um passo inicial para tratar disso de outra forma.” **6) RELATÓRIO**
366 **AVALIATIVO DA RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS ORIUNDOS DA TAXA DE**
367 **FISCALIZAÇÃO MINERÁRIA E A EFETIVIDADE DA FISCALIZAÇÃO.**
368 **Apresentação: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento**
369 **Sustentável e Subsecretaria de Fiscalização Ambiental.** Item sobrestado.
370 Conforme consenso entre os conselheiros, deverá ser convocada reunião
371 extraordinária no mês de maio, com a inclusão na pauta deste e dos demais itens
372 sobrestados nesta sessão. **7) DADOS RELATIVOS AO RECOLHIMENTO E À**
373 **APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA TAXA FLORESTAL.** **Apresentação:**
374 **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e**
375 **Instituto Estadual de Florestas.** Item sobrestado. **8) PROJETO PLANTANDO O**
376 **FUTURO.** Cléber Consolatrix Maia, da Companhia de Desenvolvimento
377 Econômico de Minas Gerais (Codemig), fez apresentação do projeto Plantando o
378 Futuro e se colocou à disposição para outras informações que o COPAM
379 considerar pertinente. **9) RESPOSTA REFERENTE À MOÇÃO Nº 002/2015,**
380 **APROVADA NA 165ª REUNIÃO DO PLENÁRIO DO COPAM, REALIZADA EM**

381 **16/9/2015. Apresentação: Secretaria de Planejamento e Gestão.** Item
382 sobrestado. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem
383 tratados, o presidente suplente Nalton Sebastião Moreira da Cruz declarou
384 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

385

386

387

388

389

390

APROVAÇÃO DA ATA

Luiz Sávio de Souza Cruz
Presidente do COPAM